

Marx e o Capitalismo Contemporâneo

Eduardo Maldonado Filho¹

1 - Introdução

O capitalismo, no período 1950-73, não só apresentou um grande dinamismo em termos de crescimento econômico como também foi capaz de elevar os salários reais e de reduzir os níveis de pobreza e de desigualdades sociais - por causa desses resultados, dentre outros, este período ficou conhecido como a Idade Dourada. No início da década de 1970 predominavam as expectativas de que o progresso econômico e social teria continuidade. As crises do sistema monetário internacional e do petróleo, que ocorreram no início da década, foram vistas inicialmente por muitos como tendo um caráter essencialmente conjuntural. No entanto, contrariando as expectativas iniciais, a década de 1970 acabou se caracterizando pela estagnação econômica, pela aceleração do processo inflacionário - ou seja, pela estagflação -, pela elevação das taxas de desemprego e pelo acirramento da luta de classes. Ao longo da década tornava-se cada vez mais evidente que a estagnação e a instabilidade do sistema econômico tinham um caráter estrutural e que, portanto, a ordem econômica internacional construída em Bretton Woods precisava ser reformada - ou então superada, quer pela expansão da democracia econômica² quer pela reversão ao liberalismo econômico. As propostas de reformas do sistema monetário internacional discutidas entre os governos dos países capitalistas avançados ao longo da década de 1970 partiam do princípio de que a estrutura básica do sistema de Bretton Woods deveria ser preservada. Em qualquer das alternativas, a reforma implicaria não só na perda de poder na esfera internacional por parte dos EUA, como na necessidade da adoção de medidas de ajuste de sua economia.

A idéia de que os desequilíbrios econômicos internacionais seriam corrigidos através de uma reforma da ordem internacional construída em Bretton Woods foi definitivamente sepultada pela nova política monetária implantada pelo banco central norte-americano (FED) em 1979 e pelas novas leis que desregulamentavam os mercados norte-americanos - cabe apontar, como exemplos, as aprovações das leis que desregulamentaram a indústria da aviação civil e os mercados financeiros. Essas ações do governo dos Estados Unidos representaram, por um lado, uma ruptura definitiva por parte dos Estados Unidos com a idéia de manutenção da ordem econômica internacional construída em Bretton Woods e, por outro lado, uma opção pela reconstrução de uma ordem econômica liberal.

Cabe registrar que uma das graves conseqüências da nova política monetária por parte dos EUA foi a de desencadear, em 1982, a crise global da dívida externa dos países em desenvolvimento. Essa crise, por sua vez, acabou servindo de potente instrumento de pressão para que esses países também implantassem a ordem neoliberal.

O controle do processo inflacionário e um relativo dinamismo das economias capitalistas avançadas após a crise de 1979-82 contrastavam, por sua vez, com a estagnação econômica dos

¹Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento da UFRGS.

²Um exemplo dessa idéia de superação foi à proposta dos sindicatos dos trabalhadores suecos de criação do “fundo dos trabalhadores assalariados”. O projeto propunha a criação de um imposto sobre os lucros das grandes empresas, que, por sua vez, capitalizaria essas empresas e, como contrapartida, elas emitiriam ações ordinárias que seriam então de propriedade de um dos oito fundos regionais. As projeções previam que em 25 anos os fundos teriam a maioria acionária na maioria das grandes empresas suecas (ver, por exemplo, Wilde, 1992).

países "socialistas", estagnação essa que já vinha se manifestando desde o início dos anos 70. Esses fatos, juntamente com a ascensão do monetarismo como teoria econômica dominante, vieram a reforçar o entusiasmo em relação aos mercados, tanto por parte dos economistas keynesianos quanto pelos próprios economistas de esquerda. Esse entusiasmo pelo mercado também se espalhou entre os intelectuais dos países "socialistas". Ao longo da década de 80, cada vez mais as propostas de reforma econômica desses países passaram a contemplar a ampliação do papel dos mercados, em detrimento do planejamento e da democratização, como regulador das atividades econômicas. O colapso do chamado "socialismo real" nos países do Leste Europeu e, em especial, na União Soviética reforçou essa tendência. O entusiasmo pelo mercado não era mais privilégio da direita. Assim, chegou-se ao início da década de 90 com um amplo consenso sobre a superioridade do capitalismo neoliberal em relação aos sistemas econômicos alternativos: a social-democracia³ e o socialismo. Em relação ao socialismo, o seu fracasso pareceria indicar que o socialismo teve um passado, mas não tem um futuro⁴.

O argumento central da nova ortodoxia econômica a favor da reconstrução do capitalismo liberal é o de que o processo de globalização e a revolução na tecnologia da informação teriam tornado inevitável que a regulação das atividades econômicas passasse a ser realizada pelo livre funcionamento das forças de mercado. Ao contrário da visão crítica tradicional em relação à anarquia do livre mercado, argumenta-se agora que os mercados são intrinsecamente estáveis e eficientes. Assim, nesse novo contexto econômico, a única alternativa para a retomada do crescimento econômico - e a conseqüente redução do desemprego e melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores -, principalmente nos países em desenvolvimento, estaria na implementação de um amplo processo de reformas institucionais para reduzir ou, sempre que possível, eliminar a participação do Estado na esfera econômica. Em outras palavras, a desregulamentação da economia, as privatizações, a abertura externa e a livre movimentação do capital a nível internacional tornaram-se no novo dogma econômico (apenas em relação ao trabalho os neoliberais não defendem sua livre mobilidade em termos internacionais). Além das reformas institucionais, os defensores da nova ordem neoliberal argumentam que a retomada do crescimento também exige que os governos adotem políticas macroeconômicas que tenham credibilidade junto aos investidores internos e externos. A credibilidade das políticas macroeconômicas junto aos mercados financeiros é vista como se constituindo numa das premissas centrais para a promoção do crescimento econômico com estabilidade dos preços.

No entanto, apesar de todo o empenho e entusiasmo aplicados nas duas últimas décadas na implantação das reformas neoliberais, em especial nos países em desenvolvimento, os resultados obtidos têm sido - mesmo na avaliação de seus defensores - decepcionantes: baixas taxas de crescimento econômico, elevadas taxas de desemprego e aumento da concentração da riqueza e da renda⁵. O mesmo ocorre nos países capitalistas avançados, onde as reformas de liberalização dos

³Cabe lembrar que as crises econômicas da década de 1970 e a profunda crise do início dos anos 80 demonstraram os fortes limites que as políticas macroeconômicas nacionais anti-cíclicas passaram a ter num ambiente de crescente globalização, liberalização e de hegemonia do pensamento econômico neoliberal. Talvez o exemplo mais contundente tenha sido o fracasso do programa econômico do Governo Mitterand, de inspiração keynesiana de esquerda, que foi implementado durante o período 1981-83.

⁴Heilbroner expressou bem essa idéia ao afirmar que "menos de 75 anos depois que a competição entre o capitalismo e o socialismo teve início oficial, ela está encerrada: o capitalismo venceu".

⁵Em relação ao Brasil, ver, por exemplo, o trabalho de Pinheiro, Bonelli e Schneider (2004). Os autores argumentam, no entanto, que esses resultados decepcionantes decorrem do fato de que as reformas neoliberais estão incompletas. Assim, apesar da experiência histórica contrariar suas expectativas, os autores acreditam que

mercados têm tornado os problemas econômicos e sociais mais agudos - desemprego, miséria e desigualdades de renda e de riqueza crescentes. Por decorrência desses resultados, a ampla aceitação inicial do modelo neoliberal foi substituída por uma crescente desaprovação popular e, por conseguinte, pela demanda por um outro modelo de desenvolvimento⁶. Assim, a proposição de alternativas possíveis ao modelo neoliberal voltou, com força, ao debate público. O capitalismo globalizado atualmente existente é realmente novo em termos históricos? Dentre as possibilidades de construção de modelos alternativos ao neoliberalismo, o socialismo não se constitui, de fato, numa das alternativas possíveis? Mais especificamente, a análise desenvolvida por Marx tem contribuições importantes para a compreensão do capitalismo contemporâneo e, por conseguinte, para orientar a construção de uma alternativa socialista de desenvolvimento econômico e social? O colapso econômico, social e político dos "países comunistas" do Leste Europeu não teriam demonstrado, de forma inequívoca, a inviabilidade histórica do socialismo e também, por conseguinte, da concepção de socialismo proposta por Marx⁷?

No presente capítulo vamos inicialmente apresentar, ainda que de uma forma bastante breve, a evolução histórica das formas institucionais de regulação do capitalismo e, tendo em vista o debate atual sobre as alternativas ao neoliberalismo, reexaminar a concepção de socialismo desenvolvida por Marx⁸. Parece-nos importante examinar esta última questão, pelo menos por duas razões. Em primeiro lugar, porque a concepção Marxista-leninista de socialismo, que orientou as tentativas de construção histórica do socialismo na ex-União Soviética e no Leste Europeu, é bastante distinta da concepção de Marx. Em segundo lugar, porque a concepção de Marx, como veremos abaixo, nos parece ser o ponto de partida fundamental para a retomada da discussão sobre o futuro do socialismo; ou seja, sobre as alternativas ao capitalismo.

O presente capítulo está organizado da seguinte forma. Na próxima seção faremos uma breve e esquemática descrição do capitalismo liberal clássico (1870-1914) e da primeira tentativa de reconstrução da ordem. Na terceira seção apresentaremos a evolução histórica da concepção marxista de socialismo para o período 1875-1920 e uma análise crítica da concepção Marxista-leninista de socialismo. Na seção seguinte serão descritas as razões do fracasso da tentativa de reconstrução da ordem liberal e apresentaremos os elementos centrais da construção do capitalismo regulado (1933 - 1973), seu desempenho econômico e social e as razões de sua crise e abandono. Na quinta seção apresentaremos os principais desenvolvimentos, pela segunda vez na história, no sentido de reconstruir a ordem liberal e os resultados dessa experiência. A seguir apresentaremos os aspectos principais da concepção de socialismo de Marx e a sua concepção de

o aprofundamento das reformas neoliberais resultará, desta vez, em crescimento econômico sustentado.

⁶No caso brasileiro, por exemplo, a vitória eleitoral do PT nas últimas eleições pode ser atribuída, em grande parte, ao fracasso do modelo neoliberal em gerar crescimento e empregos. Ao concorrer com uma plataforma política de contundentes críticas ao modelo neoliberal, o presidente Lula foi eleito com grande apoio popular e com o compromisso de dar início a um processo de transformações com vistas à construção de outro modelo de desenvolvimento. No entanto, o governo do presidente Lula em vez de implementar as propostas defendidas na campanha eleitoral deu continuidade à implementação do modelo neoliberal, descumprindo, assim, com os compromissos assumidos com os seus eleitores.

⁷Essa é, por exemplo, a opinião de Soros (1999, pp. 30-31): "Há 150 anos, Marx e Engels produziram uma excelente análise do sistema capitalista, melhor, sob muitos aspectos, sou forçado a reconhecer, do que a teoria do equilíbrio dos economistas clássicos. O remédio prescrito - o comunismo - foi pior que a doença. Mas as suas previsões calamitosas não se realizaram, sobretudo em razão das intervenções políticas compensatórias nos países democráticos".

⁸Os trabalhos de Chattopadhyay (1992), Callinicos (1992) e Draper (1990) se constituem em importantes contribuições a esse reexame.

transição para o socialismo. Finalmente, na última seção apresentaremos alguns comentários em relação à construção de alternativas ao modelo neoliberal.

2 - O Capitalismo Liberal (1870 - 1931)

Em 1914, com o início da primeira guerra mundial, o capitalismo liberal entrou em colapso. No imediato pós-guerra, as alternativas que se colocavam para a reconstrução econômica e social eram ou o socialismo ou o restabelecimento da ordem liberal. Com a derrota política, no início dos anos 1920, da alternativa socialista nos países da Europa ocidental, a reconstrução da economia internacional foi feita segundo os princípios do liberalismo econômico. Nesse sentido, parece-nos correta a caracterização feita por Polanyi (1957) de que os anos 1920, apesar dos movimentos revolucionários, foram conservadores. No entanto, essa (primeira) tentativa de reconstituição da ordem liberal fracassou. Os problemas relacionados com as dívidas externas dos países aliados, as reparações de guerra e as transformações econômicas, sociais e políticas inviabilizavam o efetivo funcionamento da ordem liberal.

2.1 - O Capitalismo Liberal Clássico (1870-1914)

O capitalismo do período 1870-1914 estava organizado segundo os princípios do liberalismo econômico, a saber: Estado liberal, mercados auto-reguláveis e o regime monetário do padrão-ouro (Polanyi, 1957).

A concepção do Estado liberal⁹ - ou Estado mínimo - está assentada no princípio de sua não intervenção nas atividades econômicas (i.e., nos mercados), cabendo-lhe apenas atuar no sentido de garantir os direitos da propriedade privada dos meios de produção, o cumprimento dos contratos celebrados entre os agentes econômicos e o de preservação da liberdade econômica.

A organização das atividades econômicas através do livre funcionamento dos mercados (i.e., dos mercados auto-reguláveis) pressupõe, por um lado, a livre concorrência nos mercados e, por outro lado, que os agentes econômicos atuem apenas com o objetivo de maximizar seus ganhos privados.

O regime monetário do padrão-ouro estava organizado da seguinte forma: (a) o preço da moeda nacional era fixado em relação ao ouro; (b) os agentes econômicos podiam, no momento em que assim o desejassem, converter, segundo a taxa de câmbio legalmente fixada, a moeda nacional em ouro (e vice-versa) e (c) existia plena liberdade para a entrada e saída de ouro do país. O fator essencial para o funcionamento desse regime monetário estava na credibilidade de que a política monetária seria conduzida de forma a garantir a conversibilidade das moedas. Os limites da democracia política desse período permitiam aos governos dar total prioridade à política monetária¹⁰. Em termos teóricos, o padrão-ouro criaria um mecanismo automático de eliminação

⁹“Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, O Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal” (Bobio, 1988).

¹⁰“O compromisso dos governos em relação à conversibilidade ganhava em credibilidade pelo fato de que os trabalhadores que mais sofriam as conseqüências dos tempos difíceis mal tinham condições de fazer sentir suas objeções. Na maioria dos países, o direito ao voto era ainda limitado aos homens que possuísem propriedades (às mulheres era praticamente universal a negação do direito ao voto). Os partidos trabalhistas representantes dos proletários estavam ainda em seus anos de estruturação. O trabalhador que corria o risco de ficar desempregado quando o banco central elevava a taxa de desconto tinha oportunidades limitadas para fazer ouvir suas objeções e chances ainda menores para demitir de seus cargos os governantes e diretores do banco

dos eventuais desequilíbrios no comércio internacional e, não menos importante, promoveria os investimentos externos, uma vez que a estabilidade das taxas de câmbio daria aos investidores a segurança de que os valores dos seus investimentos externos seriam preservados.

O capitalismo liberal passou por profundas transformações estruturais a partir do final do século XIX. As empresas capitalistas tradicionais, tanto comerciais como industriais, eram relativamente pequenas, organizadas como firmas individuais ou como sociedades limitadas e eram, em geral, geridas pelos seus próprios proprietários. Os acelerados processos de acumulação de capital e de centralização de capitais (i.e., as fusões e aquisições) levaram ao surgimento, especialmente nas duas últimas décadas do século XIX e início do século XX, da moderna corporação capitalista (Chandler, 1977). A sua forma de organização típica é a sociedade por ações (S.A.), cujas principais características são as seguintes: a propriedade do capital torna-se separada da gestão; aumento significativo do número de trabalhadores empregado no processo de produção e, também, uma grande ampliação das atividades de administração e de controle do capital (contabilidade) - e, por conseguinte, dos trabalhadores empregados para a realização dessas tarefas gerenciais.

Em termos de desempenho econômico e social, o capitalismo liberal clássico apresentou, se comparado com os períodos históricos anteriores, elevadas taxas de crescimento econômico que foram acompanhadas pelo expressivo crescimento do comércio internacional, do emprego industrial e da produtividade do trabalho (Maddison, 2002). Por outro lado, esse mesmo processo de crescimento capitalista também gerava desemprego, pobreza e concentração da renda e da riqueza. O comportamento da economia apresentava um acentuado movimento cíclico. As crises financeiras eram freqüentes e eram acompanhadas por uma forte retração do produto e do emprego (Eichengreen e Bordo, 2001). Outro fator importante a ser destacado é que a ampliação da relação de assalariamento aumentava a insegurança do trabalho - tanto por decorrência do desemprego quanto pelos períodos em que os trabalhadores ficavam impossibilitados de trabalhar devido às doenças ou por conta de uma incapacitação permanente.

Os trabalhadores, que evidentemente eram os maiores prejudicados pelos aspectos negativos do capitalismo, não só desenvolveram uma visão crítica do capitalismo, mas também criaram suas organizações políticas e sindicais para defender seus interesses e para lutar pela transformação da sociedade. Na seção 3 abaixo apresentaremos um breve histórico da evolução das propostas da social-democracia europeia pela transformação social - i.e., pelo socialismo - durante o período do capitalismo liberal.

2.2 - Reconstrução e Colapso do Capitalismo Liberal (1925-31)

Do ponto de vista do capital, a questão econômica prioritária do pós-guerra estava relacionada com a reconstrução da ordem liberal, ou seja, com o retorno ao padrão-ouro. Segundo a visão predominante da época, o restabelecimento do regime do padrão-ouro implicaria na reconstituição da ordem econômica liberal.

Em relação à esfera financeira, as principais dificuldades para o retorno ao padrão-ouro estavam relacionadas com as seguintes questões: as dívidas externas e as reparações de guerra; os efeitos dos processos inflacionários ocorridos durante a guerra e no imediato pós-guerra sobre os preços relativos internacionais e, finalmente, a escassez de ouro em relação às necessidades do regime monetário. O retorno ao padrão-ouro ocorreu em 1925 quando a Inglaterra restabeleceu a conversibilidade da libra esterlina à mesma paridade de antes da guerra¹¹. Mas a duração do

central responsáveis pela formulação dessas políticas" (Eichengreen, 2000, p. 58).

¹¹O retorno à paridade cambial de antes da guerra certamente foi benéfica para os investidores britânicos, que assim preservaram o valor dos seus investimentos externos, mas ela foi bastante negativa em termos de

regime liberal foi bastante curta. O novo regime do padrão-ouro terminou em setembro de 1931, quando a Inglaterra foi forçada a desvalorizar a libra esterlina e a suspender a sua conversibilidade.

Cabe registrar que no período que antecedeu ao restabelecimento do padrão-ouro, 1920-1925, prevaleceu o regime de taxas de câmbio flutuantes. A grande volatilidade das taxas de câmbio e o caráter fortemente especulativo do movimento de capitais geraram impactos negativos e desestabilizadores sobre as economias nacionais e sobre o comércio internacional. Por conta desses fatos, essa experiência foi considerada como sendo desastrosa. Essa avaliação negativa jogou um papel muito importante na configuração do novo regime monetário internacional que foi “acordado” em 1944 em Bretton Woods.

O fracasso dessa tentativa de reconstrução da ordem liberal decorreu do fato de que as premissas essenciais para o seu funcionamento não mais existiam. Em primeiro lugar, a Inglaterra não tinha mais o poder econômico necessário para conduzir a política monetária segundo as “regras do jogo” do regime do padrão-ouro e os EUA não estavam dispostos a assumir esse papel. Em segundo lugar, o mercado de trabalho tinha experimentado mudanças substanciais. A disseminação dos sindicatos dos trabalhadores e a maior regulamentação, principalmente através de normas legais, tinham reduzido a flexibilidade do mercado. O maior grau de regulamentação da relação capital-trabalho significou um aumento do grau de proteção dos trabalhadores e, por conseguinte, da necessidade de elevar a arrecadação de impostos para financiar os programas de seguridade social. Do ponto de vista do capital, essas transformações implicaram numa indesejada redução de flexibilidade do mercado de trabalho, mas, do ponto de vista dos trabalhadores, ocorreu um desejado aumento do seu poder de barganha e da segurança do trabalho. Finalmente, outro fator crucial para o fracasso da nova ordem liberal foi a crescente democratização da sociedade. O aumento do poder político e social dos trabalhadores, em parte consubstanciados na ampliação do direito ao voto, retiraram da condução da política monetária o seu exclusivo comprometimento com a conversibilidade da moeda. A expansão da democracia política tinha dado voz e força política aos trabalhadores para lutar contra os efeitos negativos de uma política monetária restritiva. Portanto, a democratização da sociedade implicava numa redução da credibilidade do padrão-ouro¹².

O fim do padrão-ouro representou o colapso não só da ordem liberal propriamente dita, mas também o ocaso do liberalismo econômico enquanto princípio básico para a organização da sociedade. As reformas e políticas econômicas que são implementadas a partir do início dos anos 1930 apontam na direção da construção de um capitalismo regulado, conforme veremos abaixo.

3 - As Concepções Marxistas de Socialismo: 1875-1930

Vejamos agora as críticas ao capitalismo e as principais propostas elaboradas pelos movimentos políticos dos trabalhadores, sobre os quais as influências de Marx e Engels foram importantes, com vistas à superação do capitalismo liberal.

Cabe salientar, inicialmente, que a forte influência (mas de forma alguma exclusiva) de Marx e de Engels sobre as concepções os partidos social-democratas que se formaram na Europa no final do século XIX se deu, fundamentalmente, através das seguintes obras: Manifesto Comunista,

crescimento econômico e, por conseguinte, para os trabalhadores. Por conseqüência da sobrevalorização da libra esterlina, os anos 1920 se caracterizaram, na Inglaterra, por elevadas taxas de desemprego.

¹²“With governments lacking insulation from pressure to stimulate growth and employment, the new regime lacked credibility. When the system was disturbed, financial capital that had once flowed in stabilizing directions took flight, transforming a limited disturbance into an economic and political crisis” (Eichengreen, 1996).

Capital (livro 1) e, principalmente, do Anti-Dühring de Engels. Nesse período, muitas das principais obras de Marx ainda não estavam disponíveis. Portanto, a visão atual que temos (ou podemos ter) da concepção de Marx sobre o socialismo é, necessariamente, muito diferente daquela que os principais autores marxistas tinham no final do século XIX e no início do século XX.

3.1 - A Social-democracia e a revolução social¹³

Em 1875, no congresso de Gotha, houve a unificação dos movimentos políticos dos trabalhadores alemães através da formação de um partido socialista unificado. Posteriormente, esse partido foi renomeado para Partido Social Democrata¹⁴. Marx fez fortes objeções ao programa de princípios adotado pelo novo partido, afirmando inclusive que "it is my duty not to give recognition, even by diplomatic silence, to what in my opinion is a thoroughly objectionable programme that demoralise the Party." (Marx, 1970, p.11). No entanto, sua crítica ao Programa de Gotha só foi publicada oito anos após sua morte e apenas adquiriu importância na análise marxista através de Lênin, em 1917.

A partir das análises então prevalecentes entre os movimentos socialistas da época (mas, como vimos acima, em relação as quais Marx tinha fortes reservas), os objetivos últimos dos partidos social-democratas eram os seguintes: (a) abolir a exploração; (b) acabar com a divisão da sociedade em classes sociais; (c) eliminar o desperdício e a anarquia da produção capitalista e (d) erradicar todas as fontes de injustiça e de preconceitos. Em poucas palavras, era o de realizar a revolução social criando assim uma nova sociedade - a sociedade socialista.

Segundo a social-democracia, a causa fundamental das mazelas que caracterizam o capitalismo - em particular a exploração, a ineficiência decorrente da anarquia da produção em escala social e da injusta distribuição da renda e da riqueza - residia na propriedade privada dos meios de produção. A base, portanto, da revolução socialista estava na implementação de um programa de socialização dos meios de produção. Para realizar esse programa de socialização era considerado imprescindível que o partido obtivesse o poder político.

Uma das primeiras questões fundamentais que os partidos social-democratas enfrentaram foi decidir se participavam ou não da política institucional. Enquanto os anarquistas resolveram não participar, os partidos socialistas (marxistas) decidiram participar. Mas essa decisão não foi fácil de ser tomada; afinal, a questão central era saber se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal no caso de uma vitória eleitoral dos socialistas.

Enquanto os trabalhadores não detivessem o poder político, e as condições econômicas também não fossem ainda aquelas suficientes para a realização da revolução social, a participação no processo político seria no sentido de criticar as condições dos trabalhadores no capitalismo, divulgar suas propostas de transformações sociais (i.e., socialização dos meios de produção) e de lutar por reformas socio-econômicas que viessem a melhorar as condições de vida dos trabalhadores no capitalismo. Cabe salientar que o dilema entre reforma e revolução, antes de 1917, não existia. As reformas no sentido de democratização da vida econômica, social e política

¹³A apresentação que se segue está baseada em Przeworski (1989).

¹⁴Apesar de Engels expressar certas reservas com o novo nome do partido na Alemanha, ele acabou concordando com essa mudança. Segundo Bottomore (1983, p. 442), "The reasons to choose this name were partly no doubt to affirm a continuity with the revolutions of 1848, but still more to express the idea that these parties, engaged in fierce struggles for political democracy (for universal suffrage and for elected assemblies which would have real power instead of being mere advisory bodies), had as their ultimate aim the extension of democracy to social life as a whole, and in particular to the organization of production."

eram vistas como parte do processo de revolução social. Ou seja, as realizações de reformas sociais e democráticas se constituíam em elementos da construção da sociedade socialista.

No período entre o final do século XIX e o início do século XX - portanto, durante o período no qual o capitalismo passava por profundas transformações - os partidos social-democratas experimentaram forte crescimento eleitoral. No período imediatamente após o término da primeira guerra - principalmente devido à ocorrência de muitos movimentos espontâneos de ocupação de fábricas, em diversos países europeus, por parte dos trabalhadores - muitos desses partidos foram chamados a participar dos respectivos governos nacionais.

Com a sua participação no governo, os social-democratas foram confrontados com a questão de como colocar em prática seu programa de socialização dos meios de produção. Em termos concretos, como deveria ser realizada a socialização dos meios de produção? Qual a forma que a socialização dos meios de produção deveria assumir: propriedade coletiva dos trabalhadores ou estatização? Eles simplesmente não tinham respostas a essas questões fundamentais. Uma das principais providências que os partidos social-democratas adotaram foi o de criar, nos parlamentos, os chamados "comitês de socialização", que deveriam estudar essa questão e propor um programa de socialização para ser implementado pelo governo. De fato, nenhuma socialização foi realizada sob os auspícios desses comitês.

Estando no poder - mas sem maioria parlamentar, e, portanto, sem força política no parlamento para implementar seu programa de socialização dos meios de produção e, também, sem vontade política para mobilizar os trabalhadores com vistas a obter apoio para a implantação do seu programa de transformação social - os social-democratas passaram a propugnar apenas pela implantação de um programa de reformas que viesse a melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas abandonando, na prática, a proposta de socialização dos meios de produção. As principais reformas propostas pelos social-democratas foram as seguintes: (a) desenvolvimento de programas habitacionais; (b) introdução de legislação estabelecendo um salário mínimo; (c) instituição de algum tipo de proteção contra o desemprego; (d) tributação sobre a renda e herança e (e) pensão para os idosos. Assim, a social-democracia suspendia a implementação de seu programa de revolução social até que as condições políticas se tornassem favoráveis.

A social-democracia acabou por abandonar sua proposta de socialização dos meios de produção e passou a defender um programa de reformas baseado na teoria do bem-estar social e na implementação de políticas keynesianas de administração da demanda agregada com vistas a propiciar o crescimento com pleno emprego das sociedades capitalistas¹⁵.

3.2 - A concepção Marxista-leninista de socialismo

Com a vitória da Revolução Russa, em 1917, foi dado início a implementação de um processo de construção de uma sociedade socialista a partir da estatização dos meios de produção (visto como sendo a realização da proposta de Marx de socialização dos meios de produção) e do planejamento centralizado. Como a social-democracia no ocidente tinha suspendido seu programa de socialização, as lideranças soviéticas passaram a denunciá-los como sendo partidos reformistas - no sentido de não serem mais partidos políticos que almejassem realizar a revolução socialista, mas cujo objetivo era apenas o de realizar reformas no sistema capitalista. A concepção de revolução, por sua vez, assumiu um novo sentido: passou a ser relacionada mais com a tomada do poder político - em geral através de uma insurreição armada - do que com a realização da revolução

¹⁵Mais recentemente, os partidos social-democratas e trabalhistas têm também abandonando essa concepção de um capitalismo regulamentado e tem defendido a implementação de reformas neoliberais.

social. Como resultado desses desenvolvimentos, o movimento dos trabalhadores e o marxismo dividiram-se em dois campos opostos, a social-democracia e o comunismo.

Vejamos então, de uma forma bastante sucinta, a concepção Marxista-leninista de socialismo, cuja base teórica encontra-se no livro de Lênin *O Estado e a Revolução*¹⁶, e que orientou a construção do “socialismo real” na União Soviética e na Europa Oriental.

Deve-se salientar, inicialmente, que em comparação a Marx, a concepção Marxista-leninista de socialismo é bem mais restrita. Na obra de Marx encontramos uma contínua preocupação com a alienação do indivíduo no capitalismo e a construção da sociedade socialista aparece como se constituindo na condição necessária para a superação da alienação e, também, para permitir a plena auto-realização dos indivíduos. Questões essas que estão praticamente ausentes dos escritos de Lênin. Apenas em 1917, a poucos meses da tomada do poder, é que Lênin, em *O Estado e a Revolução*, começa a desenvolver a sua concepção de socialismo, enquanto uma sociedade futura.

Podemos resumir a concepção Marxista-leninista de socialismo da seguinte forma:

1. o socialismo é concebido, basicamente, em termos das relações de propriedade (diferentemente de Marx que o concebe em termos das relações sociais de produção). Por socialismo entende-se a apropriação dos meios de produção por parte do Estado (proletário), essa estatização, por sua vez, corresponderia à abolição da propriedade privada¹⁷;
2. no que diz respeito ao gerenciamento do trabalho nas empresas estatizadas, propõe-se à adoção dos métodos capitalistas de gerenciamento, mas que seriam destituído de seus aspectos relacionados à exploração dos trabalhadores, com vistas a se construir a nova sociedade socialista¹⁸;
3. em relação à troca e distribuição dos produtos, exclui-se a produção de mercadorias e o dinheiro do socialismo. Argumenta-se que com o fim do capitalismo haveria a supressão da produção de mercadorias e o socialismo se caracterizaria pela distribuição dos produtos não mais através dos mercados, mas sim através do Estado;
4. em relação à divisão dos bens de consumo entre os produtores individuais, afirma-se a existência da igualdade entre o trabalho realizado e os salários recebidos pelos produtores e estes, por sua vez, são concebidos como empregados contratados pelo Estado. Assim,

¹⁶Deve-se deixar claro que o nosso objetivo nessa seção é apenas o de apresentar as características mais importantes dessa visão da sociedade socialista, com vistas a colocarmos em destaque a profunda diferença que existe entre ela e a de Marx.

¹⁷Conforme indicado por Yaghmaian (1994, pp. 76-77), "The critical review of Lenin's texts on this subject [i.e. em relação ao processo de trabalho socialista] reveals that it is not the transformation of the relations of the producers to the objectified conditions of labor, but changes in the political sphere and formal property relations that play the primary role... Lenin's model of the socialist labor process thus inherents the essential characteristics of state capitalism in the sense of Marx and Engels - capitalist relations of production with state ownership of the means of production."

¹⁸De acordo com Yaghmaian (1994, p. 80), "Lenin's ideal form of the administration of labor under socialism was modeled after the factory division of labor within the large-scale capitalist enterprises of Germany and other advanced capitalist countries in the beginning of the 20th century. It was not the negation of the existing administration of labor, but its seizure and continuation that Lenin enthusiastically supported as the only efficient and viable organization of labor under socialism."

concebe-se que os cidadãos, no socialismo, serão empregados contratados pelo Estado e que receberão salários;

5. finalmente, distingue-se (ao contrário de Marx, como veremos abaixo) o socialismo do comunismo. O socialismo seria a nova sociedade que surgiria do capitalismo e o comunismo, por sua vez, surgiria do socialismo. Portanto, haveria duas transições: uma do capitalismo para o socialismo e a outra do socialismo para o comunismo.

4 - O Fracasso da Ordem Liberal e o Surgimento do Capitalismo Regulado: 1933-1973

A partir do restabelecimento da ordem liberal, em 1925, a economia dos países capitalistas avançados - com exceção da Inglaterra - apresentou um comportamento dinâmico em termos de crescimento econômico, mas esse período também se caracterizou pela instabilidade financeira e pelos fortes movimentos especulativos nos mercados, em especial em Wall Street. O significativo excesso de capacidade produtiva que foi gerado ao longo da fase expansiva, os problemas das dívidas externas e das reparações de guerra, o estouro da bolha especulativa no mercado de ações de Nova Iorque e a crise monetária internacional desencadearam, no início dos anos 1930, a mais grave crise econômica do capitalismo. A Grande Depressão dos anos 1930 foi vista pela imensa maioria dos analistas econômicos e políticos, e pela população em geral, como uma demonstração de que o capitalismo liberal era inviável. A idéia de que a economia deveria ser regulada pelo livre funcionamento dos mercados tornara-se totalmente desacreditada. Descartada a alternativa socialista, os governos dos países capitalistas avançados, sob pressão dos movimentos dos trabalhadores e de seus partidos políticos, passaram a realizar reformas institucionais com o objetivo de regular os mercados e a implementar políticas macroeconômicas cujas prioridades eram a de estimular o crescimento econômico e de combater o desemprego em massa. Em outras palavras, as reformas institucionais e as políticas econômicas que foram implementadas a partir do início dos anos 1930 apontavam na direção da construção de um capitalismo regulado e tendo como centro dinâmico o mercado interno. A reconstrução da nova ordem econômica internacional, por sua vez, só pode ser realizada no pós-segunda guerra mundial.

4.1 - As reformas institucionais e o novo sistema monetário internacional¹⁹

Algumas das medidas adotadas pelos governos nacionais com o objetivo de estimular o seu crescimento econômico tiveram o efeito inverso do desejado, ou seja, acabaram por aprofundar a crise econômica e social. Talvez os exemplos mais significativos tenham sido as medidas tomadas pelo governo norte-americano em relação ao comércio externo e que acabaram desencadeando uma “guerra comercial”. A imposição de tarifas alfandegárias de 40% sobre uma gama grande de produtos importados (Smoot-Hawley Act de 1930) e a posterior desvalorização do dólar geraram, evidentemente, retaliações pelos países atingidos e o resultado foi o rápido declínio do comércio internacional. Esse declínio, por sua vez, aumentou significativamente a dificuldade dos países endividados em dar continuidade ao pagamento de seus compromissos externos (que, em última instância, era com os EUA), o que acabou contribuindo para o fim do padrão-ouro e para a crise financeira internacional. Como consequência, ocorreu uma drástica redução da integração econômica e financeira internacional e, não menos importante, passou a predominar a visão de que a retomada do crescimento econômico dependeria principalmente do dinamismo do mercado

¹⁹No que segue, vamos utilizar principalmente os Estados Unidos da América como exemplo.

interno²⁰. E esse dinamismo, por sua vez, era visto como dependendo de uma significativa participação do Estado na economia.

O abandono do liberalismo econômico em favor da construção de uma nova forma de organizar o sistema capitalista - o modelo que acabou sendo chamado de social-democrata ou de bem estar social - não foi realizado sem uma forte oposição dos capitalistas, especialmente nos EUA. Mas diante de uma crise severa e prolongada, e com a forte mobilização popular e das organizações dos trabalhadores, os governos responderam a essas pressões populares introduzindo reformas institucionais para regular os mercados e implementaram políticas macroeconômicas anti-cíclicas. As reformas introduzidas se concentraram, como não poderia deixar de ser, nos três principais mercados no capitalismo: mercados de trabalho, financeiro e cambial.

No caso dos EUA, por exemplo, a crise bancária do início dos anos 1930 acabou levando a uma radical mudança do marco regulatório²¹. As reformas financeiras do período 1933-34 reforçaram, por um lado, o controle do FED sobre o sistema financeiro e, por outro lado, através da segmentação dos mercados financeiros e da imposição de limites legais sobre as taxas de juros reduziram a concorrência entre as instituições financeiras. O objetivo de limitar a concorrência entre as instituições financeiras estava associado com a interpretação predominante de que a livre concorrência tinha sido um dos principais determinantes da crise bancária.

Em relação ao mercado de trabalho, apesar da forte oposição empresarial e do poder judiciário, o governo Roosevelt conseguiu aprovar, em 1935, a lei que instituiu o sistema de seguridade social e, em 1938, foi sancionada pelo presidente a lei que passou a regular as relações de trabalho - Fair Labor Standards Act (FLSA). Esta lei, por exemplo, proibiu o trabalho infantil, estabeleceu a jornada de trabalho máxima semanal em 44 horas e um salário mínimo de 25 centavos por hora²².

A ordem econômica internacional só pôde ser reconstruída no pós-segunda guerra mundial, mas as experiências negativas do regime de taxas de câmbio flutuantes e dos movimentos

²⁰Durante a Grande Depressão houve o desenvolvimento de uma análise heterodoxa crítica ao regime do padrão-ouro, em especial à idéia da livre movimentação de capitais no plano internacional. Essa análise crítica argumentava que uma economia aberta, regulada basicamente pelas forças de mercado, era incompatível com o desenvolvimento econômico e social nacional. Implícito nessa argumentação estava à defesa da construção de um "capitalismo nacional" (Block, 1977).

²¹O novo marco regulatório foi institucionalizado através da seguinte legislação: Emergency Banking Act (1933), Gold Reserve Act (1934) e o Banking Act (1933) - mais conhecida como Glass-Steagall Act.

²²Cabe lembrar que até meados dos anos 1930, a jurisprudência da suprema corte norte-americana era de julgar inconstitucional qualquer lei que fosse contrária aos princípios do liberalismo econômico. Assim, de forma consistente com essa visão, julgava inconstitucional todas as leis que procuravam regular as relações de trabalho. Por exemplo, em 1905 a suprema corte julgou inconstitucional uma lei do Estado de Nova Iorque que estabelecia uma jornada de trabalho semanal máxima e um salário mínimo para os padeiros, por entender que essa lei feria a liberdade de contrato. Apenas em 1937 o Presidente Roosevelt, após forte pressão política sobre a suprema corte, conseguiu que ela mudasse de opinião e julgasse como sendo constitucional a nova legislação trabalhista (i.e., a FLSA). Essa mudança de posição da suprema corte foi fundamental para a viabilidade da construção da economia regulada do pós-segunda guerra mundial. No entanto, nos dias de hoje, existe uma luta política e ideológica intensa nos EUA em relação a essa questão. Os novos magistrados que estão sendo indicados pelo presidente Bush interpretam a constituição do ponto de vista do liberalismo econômico e, portanto, julgam toda a legislação regulatória (trabalhista, ambiental, etc.) inconstitucional. Assim, é provável que através da constituição de uma nova maioria de juizes conservadores na Suprema Corte, as instituições criadas nos anos 1930 nos EUA, como parte do New Deal, sejam desmanteladas e se restabeleça plenamente o marco institucional do liberalismo econômico.

especulativos de capitais apontavam para a idéia de um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, e com mecanismos de controle do movimento de capitais.

Na verdade, a maior dificuldade para a reconstrução dos países capitalistas devastados pela guerra não esteve relacionada com as perdas humanas e a destruição material, mas sim com o restabelecimento das relações capitalistas de produção. Ou seja, o maior desafio, sob o ponto de vistas da manutenção do sistema capitalista, esteve relacionado com a reorganização do sistema social dentro dos marcos do capitalismo, especialmente nos países derrotados no conflito (Armstrong, Glyn e Harrison, 1991).

A nova ordem econômica internacional foi estabelecida no Acordo de Bretton Woods, em 1944. Um dos objetivos centrais desse acordo era o de restabelecer um sistema de comércio multilateral. Para se atingir esse objetivo era necessário, segundo a nova visão então predominante, controlar o movimento de capitais e estabelecer um sistema monetário que não implicasse na discriminação comercial dos países²³. O novo regime monetário internacional foi organizado em torno de um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis. O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado para ser a instituição multilateral de cooperação internacional em relação aos desequilíbrios externos dos países membros (Block, 1977).

O modelo de capitalismo regulado (ou modelo social-democrata) que operou nos países capitalistas avançados no período 1950-1973 tinha, em geral, os seguintes elementos constitutivos principais:

1. os mercados de trabalho, financeiro e de câmbio eram, em maior ou menor grau, regulado pelo Estado;
2. o Estado procurava regular o nível das atividades econômicas através dos instrumentos de políticas fiscal, monetária e de rendas com o objetivo central de estimular o crescimento econômico e, por conseguinte, manter a economia em situação de “pleno emprego”;
3. o Estado, através dos instrumentos de política econômica, direcionava o desenvolvimento econômico. Em geral, o processo de acumulação de capital era financiado através de créditos de longo prazo, que eram alocados segundo as prioridades estabelecidas pelas autoridades econômicas;
4. a ordem econômica internacional estava baseada no multilateralismo, num sistema de taxas de câmbio fixas (mas ajustáveis) e no controle do movimento de capitais.

4.2 - O desempenho do capitalismo regulado no período 1950-1973

Os resultados obtidos pelo sistema capitalista regulado foram, de certa forma, surpreendente. Em termos de desempenho econômico e social, os principais resultados foram os seguintes:

1. as mais altas taxas de crescimento, em termos históricos, do produto e da produtividade do trabalho;
2. elevadas taxas de crescimento do consumo dos trabalhadores, por decorrência do fato de que os salários reais e a produtividade do trabalho cresceram a taxas similares²⁴;

²³Ao término da guerra o sistema de pagamentos internacionais estava baseado principalmente em acordos bilaterais, que operavam com controles cambiais. Evidentemente que um sistema de comércio multilateral só poderia operar se também não ocorresse discriminação comercial por decorrência da falta de meios de pagamento. Além disso, havia nos EUA uma expectativa generalizada de uma nova recessão ou estagnação econômica. Isso só não ocorreria se houvesse uma significativa expansão das exportações. Por conseguinte, uma questão central do ponto de vista norte-americano estava relacionada com o estabelecimento de um sistema monetário que não discriminasse contra as suas exportações.

²⁴As baixas taxas de desemprego e as regras de regulação do mercado de trabalho (e.g., sistema de barganha

3. elevadas taxas de acumulação de capital;
4. baixas taxas de desemprego;
5. taxas de juros eram mantidas relativamente baixas como forma de estimular o crescimento econômico;
6. expansão do sistema de proteção social dos trabalhadores, resultando numa significativa melhoria nas condições de vida dos assalariados;
7. taxas de inflação relativamente elevadas (se comparadas com os períodos precedentes);
8. apesar do comércio internacional ter crescido rapidamente, esse crescimento ocorreu a partir de um nível muito baixo, permanecendo assim os mercados internos como sendo os centros dinâmicos do crescimento econômico da Idade Dourada;
9. redução dos níveis de pobreza;
10. desconcentração da renda e da riqueza.

4.3 - Os anos 70 e a crise do capitalismo regulado

No início dos anos 1970 tornava-se evidente que estava havendo uma desaceleração no crescimento da produtividade do trabalho, enquanto que os salários reais mantiveram sua tendência de crescimento. Esse fator contribuiu para que a taxa de lucro apresentasse um comportamento declinante. Observava-se também um aumento da instabilidade macroeconômica, a concorrência internacional se intensificava, o sistema monetário internacional entrou em crise e ocorreu a aceleração do processo inflacionário (Glyn, Hughes, Lipietz e Singh, 1991). Claramente, o capitalismo regulado estava em crise.

Se, por um lado, em particular na Europa, os trabalhadores pressionavam pela ampliação do sistema de proteção social, pela expansão da esfera pública - e, conseqüentemente, pela redução do papel dos mercados como coordenador das atividades econômicas - e pela redução da jornada de trabalho, por outro lado, os capitalistas, especialmente nos EUA, pressionavam pela desregulamentação dos mercados e pela redução substancial do papel dos mercados na vida econômica e social - ou seja, pela reconstrução da ordem liberal.

Os desenvolvimentos econômicos e institucionais da Idade Dourada implicaram na redução do poder político e econômico dos capitalistas. Por exemplo, em diversos países a demissão dos empregados só podia ser realizada se aprovada pelo sindicato. Evidentemente que essa limitação do direito dos capitalistas era vista como sendo uma indevida intromissão na gestão da sua empresa. A progressividade do sistema tributário implicava num mecanismo de redistribuição de renda e, em alguns casos, também da riqueza. A expansão das instâncias democráticas de decisão, em detrimento das forças de mercado, estava tendo sucesso em tornar as sociedades capitalistas mais igualitárias. No entanto, do ponto de vista da ideologia capitalista, esses resultados eram vistos com crescente preocupação. Segundo esse ponto de vista, uma sociedade mais igualitária enfraqueceria os incentivos econômicos e, conseqüentemente, geraria a estagnação econômica²⁵.

coletiva) possibilitaram que os trabalhadores também participassem dos frutos do progresso técnico, ou seja, que os salários reais crescessem às mesmas taxas do que a produtividade do trabalho.

²⁵Essa argumentação, apesar da robusta evidência empírica em contrário, apenas confirma, na nossa opinião, o seguinte comentário feito por Galbraith (1983, p. 110): "A capacidade dos ricos e dos seus acólitos de ver a virtude social no que servia aos seus interesses e conveniências, e considerar ridículo ou tolo o que não servia, nunca foi melhor manifestado do que em seu apoio ao ouro [i.e., ao padrão ouro, o que significa a defesa de uma política monetária independente e comprometida unicamente com a estabilidade dos preços] e sua condenação do papel-moeda. A tendência paralela dos economistas de encontrar virtude no que os indivíduos ricos e respeitáveis aplaudem era igualmente evidente".

Outro aspecto a considerar é que como resultado das baixas taxas de juros e da aceleração do processo inflacionário, os anos 1970 foram desastrosos para os investidores capitalistas (i.e., rentistas). Por exemplo, o valor real de um investimento no mercado de capitais em 1969 estaria reduzido praticamente à metade dez anos depois. A responsabilidade pela inflação - e, portanto, pelo “roubo” de seus capitais - era atribuída ao governo, principalmente por decorrência dos gastos sociais crescentes, que geravam os déficits públicos e que, por sua vez, se constituíam no principal determinante da inflação. Assim, do ponto de vista dos capitalistas, o principal problema econômico era a inflação - e não o desemprego - e, em termos estruturais, a solução era retornar ao liberalismo econômico. No que diz respeito à política macroeconômica, a visão monetarista tornou-se hegemônica. A política fiscal deveria ser conduzida de forma a equilibrar as contas do governo e a política monetária deveria ser conduzida pelo FED através do sistema de metas monetárias com o objetivo de controlar o processo inflacionário.

5 - A Segunda Tentativa de Reconstrução do Capitalismo Liberal (1980-2005): o desempenho econômico e social do neoliberalismo

Como indicamos anteriormente, no final dos anos 1970 os EUA optaram, por razões econômicas e ideológicas relacionadas aos interesses dos grandes grupos capitalistas e rentistas, pelo abandono do modelo construído pelo New Deal e o retorno ao liberalismo econômico. Do ponto de vista institucional, a mais importante medida nessa direção foi à mudança no marco regulatório do sistema financeiro que ocorreu com a aprovação, em março de 1980, da “Lei de Controle Monetário e da Desregulamentação das Instituições Depositárias” (“Depositary Institutions Deregulation and Monetary Control Act”). Essa legislação teve dois objetivos principais: por um lado, o de restabelecer a concorrência como princípio regulador do sistema financeiro e, por outro lado, o de aumentar o controle do FED sobre a oferta de moeda. Do ponto de vista da política macroeconômica, a principal mudança esteve relacionada com a condução da política monetária. O FED modificou tanto a forma de operar quanto o objetivo central da política monetária. A forte elevação das taxas de juros mostrou que a prioridade da política monetária era a de controlar o processo inflacionário e o instrumento para a condução da política monetária passava a ser o de controlar os agregados monetários. Com isso o FED aderiu à concepção monetarista.

Em âmbito internacional, os governos Reagan e Thatcher passaram a argumentar, no plano ideológico, que o modelo neoliberal se constituía na melhor - e, na verdade, única - alternativa para a organização econômica dos países e, no plano político e diplomático, eles pressionaram os demais países, especialmente os países em desenvolvimento, para que também implementassem programas de privatização e de reformas neoliberais²⁶. Além dessas pressões, as próprias forças de mercado, agora com maior liberdade de movimento, também passaram a impactar fortemente o funcionamento das economias capitalista e, portanto, também condicionaram a execução de suas políticas macroeconômicas.

As propostas apresentadas pelos EUA para solucionar a crise global da dívida externa (planos Baker e Brady) basearam-se no entendimento de que a crise refletia, em grande parte, o fracasso dos modelos de capitalismo regulado que caracterizavam as economias dos países em desenvolvimento. Assim, o plano de resolução da crise estabelecia, por um lado, um processo de

²⁶A força política, ideológica e financeira da agenda neoliberal não devem ser, de forma alguma, subestimadas. Esta agenda é impulsionada não só pelo FMI e Banco Mundial, mas também diretamente pelo próprio governo Americano. Por exemplo, em recente documento sobre a nova estratégia de segurança nacional (U.S., 2002, cap. VI - Ignite a New Era of Global Economic Growth Through Free Markets and Free Trade), o tema da promoção do crescimento econômico através do livre mercado e do livre comércio é tratado como sendo também um dos fatores cruciais para a segurança nacional dos EUA.

renegociação da dívida externa baseada nos mecanismos de mercado e, por outro lado, tinha como sua condicionalidade principal a implementação de um amplo programa de reformas neoliberais, cuja execução seria monitorada pelo FMI.

O processo de reconstrução da nova ordem liberal já está em curso a mais de duas décadas e os resultados econômicos e sociais obtidos têm sido, mesmo do ponto de vista dos seus defensores, no mínimo decepcionantes, mas, do ponto de vista de muitos de seus críticos, esses são os resultados esperados, tanto a partir da experiência histórica do capitalismo liberal quanto a partir da teoria de Marx.

Os estudos empíricos recentes mostram não só que o desempenho econômico do capitalismo desregulamentado (atual e passado) é inferior ao do capitalismo regulamentado do período 1950-1973, mas também que a implantação das reformas neoliberais resultaram, na verdade, numa redução significativa das taxas de crescimento econômico (Easterley, 2001; Weisbrot, Naiman e Kim, 2001; Weisbrot, Baker, Kraev e Chen, 2001) e no aumento do grau de concentração de renda (Krugman, 2002; Aizcorbe, et al., 2003). Cabe salientar o estudo realizado pelo economista do Banco Mundial William Easterley (2001). Esse estudo verificou que "o crescimento nas décadas de 80 e 90 foi de cerca de 2,3 pontos percentuais menor do que nas décadas de 60 e 70" (p. 14). Segundo Easterley, as principais variáveis explicativas para a desaceleração do crescimento dos países em desenvolvimento foram a razão juros/produto e a desaceleração do crescimento nos países da OCDE. O autor conclui que "o que é claro é que a estagnação dos países menos desenvolvidos foi uma grande decepção depois de toda a política de reformas dos anos 80 e 90" (p. 22).

Do ponto de vista da economia política, a liberalização do mercado de capitais também tem gerado os resultados esperados, a saber: a elevação das taxas de juros reais (Dumènil e Lévy, 2001 e 2002; Epstein, 2002a e 2002b; Kahn e Farrel, 2002); no aumento significativo da volatilidade cambial e nas frequências das crises financeiras (Eichengreen e Bordo, 2001; Delargy e Goodhart, 1999; Wyploz, 2001).

Ressalte-se também que não existe evidência empírica robusta de que os países que adotam o regime de metas inflacionárias obtenham um melhor desempenho no combate a inflação do que aqueles que não o adotam (Epstein, 2002a e 2002b; Bernanke, et al., 1999). A adoção do regime de metas inflacionárias não implica numa redução dos custos (medidos em termos de redução do PIB) quando da implementação de uma política monetária restritiva para combater a inflação (Epstein, 2002a; Bernanke, et al., 1999). Também não existem evidências firmes de que países com bancos centrais independentes obtenham menores taxas de inflação ou taxas mais elevadas de crescimento econômico (Daunfeldt e Luna, 2002; King, 2001; Epstein, 2002a e 2002b; Fuhrer, 1997). Finalmente, a liberalização do movimento de capitais, que supostamente transferiria poupança e investimentos dos países industrializados para os "mercados emergentes", não tem gerado elevação das taxas de crescimento econômico (Prasad, Rogoff, Wei e Kose, 2003).

Não existem dúvidas, no entanto, de que as reformas e as políticas macroeconômicas neoliberais tem tido sucesso no combate à inflação. Mas a contrapartida desse sucesso, como vimos acima, tem sido a elevação do desemprego, precarização do trabalho, o aumento das desigualdades sociais e a recorrência de frequentes crises econômicas.

6 - A Concepção de Socialismo de Marx

Nessa seção, vamos apresentar, de uma forma bastante sucinta, a argumentação desenvolvida por Marx em relação às tendências do desenvolvimento capitalista e a conseqüente formação da

base econômica necessária para a construção de uma sociedade efetivamente democrática - ou seja, uma sociedade socialista.

Com vistas a reexaminar a contribuição de Marx no atual contexto de discussões sobre a construção de alternativas ao modelo neoliberal, vamos proceder da seguinte forma. Inicialmente, iremos apresentar a crítica do jovem Marx às correntes socialistas do seu tempo. A seguir será exposto o seu argumento em relação às tendências de transformação das relações de produção e de propriedade que são gerados pelo desenvolvimento capitalista e da progressiva socialização da economia. Por último, apresentaremos a concepção de Marx em relação à transição para o socialismo e quais seriam, segundo sua análise, as suas principais características do ponto de vista econômico (para uma análise mais detalhada ver Maldonado Filho, 1996).

6.1- Marx e a Crítica aos Socialismos Utópicos

Cabe lembrar, inicialmente, que o movimento socialista surge como uma reação às conseqüências negativas que o desenvolvimento capitalista estava trazendo para a maioria da população. Esse desenvolvimento, como já indicamos acima, resultava não só num crescimento da riqueza material que era sem precedentes na história, mas também num aumento das desigualdades sociais e da pobreza que era incompreensível aos contemporâneos. Esses efeitos negativos do desenvolvimento capitalista, a chamada "questão social" - i.e. o sofrimento que o desenvolvimento capitalista trazia às massas trabalhadoras -, colocavam em primeiro plano as discussões sobre como resolver a chamada "questão social". Por socialismo entendia-se então qualquer movimento político, idéia ou proposta de reforma que tinha como objetivo resolver, ou pelo menos minorar, a "questão social", independentemente do fato dela envolver qualquer modificação do sistema de propriedade ou de implicar na ação governamental²⁷.

Dois aspectos importantes caracterizavam o movimento socialista então emergente: (a) a crítica ao capitalismo e (b) as propostas (utópicas) de criação de uma nova sociedade onde os homens vivessem em harmonia e cooperação, em contraste ao capitalismo caracterizado pela concorrência, individualismo e o conflito. Saliente-se, também, que os pensadores socialistas da época, ao formularem seus planos para a criação de uma nova sociedade, imaginavam que a sua implementação poderia ser feita sem conflitos políticos e sociais (i.e., sem luta de classe) e sem um longo período de transição. Daí, segundo Marx, o seu caráter utópico.

Marx valorizou o caráter crítico das principais correntes socialistas então existentes, mas repudiou as propostas utópicas de criação de uma nova sociedade. A partir da crítica aos movimentos socialistas então em voga, Marx propôs uma nova direção em relação ao movimento socialista: em vez de se preocupar com a elaboração de planos, mais ou menos detalhados, de uma nova sociedade (ou seja, em vez dos os pensadores procurarem antecipar dogmaticamente como a sociedade futura deveria ser), o importante era desenvolver um programa político para a construção da sociedade socialista a partir da análise crítica da sociedade capitalista e das lutas concretas que ali estavam ocorrendo.

Apesar do caráter ainda especulativo da proposta do jovem Marx, ele chegou a uma conclusão que seria fundamental à sua análise futura, a saber: a de que "a sociedade socialista surgirá do útero

²⁷A seguinte citação de Draper (1977, p. 98) parece ser um bom exemplo dessa visão: "Laveye reports that when Proudhon was tried in 1844 the magistrate asked him whether he was socialist: 'Certainly. 'Well, but what then is Socialism?' 'It is,' replied Proudhon, 'every aspiration towards the improvement of society.' 'But in that case', very justly remarked the magistrate, 'we are all socialist.' 'That is precisely what I think,' rejoined Proudhon."

do capitalismo”. Em outras palavras, a conclusão de Marx foi de que a sociedade do futuro (o socialismo) não será construída a partir de planos utópicos, mas sim será o resultado do desenvolvimento do próprio capitalismo.

Outra questão importante em relação à concepção de Marx se relaciona com a diferenciação entre o socialismo científico e socialismo utópico. Conforme demonstrou Draper (1990, pp. 6-9), o termo em alemão usado por Marx é "wissenschaftlicher Sozialismus", que é geralmente traduzido por socialismo científico. A palavra "wissenschaft" significa conhecimento e, portanto, o aprendizado e os estudos que acumulam conhecimento. Assim, esse termo inclui a idéia de ciência e assim tende a ser traduzido, mas é evidentemente mais amplo do que a noção usual de ciência. Portanto, a expressão socialismo científico deve ser entendida no sentido de que as suas propostas se baseiam no estudo e no conhecimento da realidade da sociedade capitalista, contrapondo-se assim às propostas que se derivam da imaginação ou fantasias dos seus formuladores. Cabe também ressaltar que Marx não foi, e nunca pretendeu ter sido, o primeiro a desenvolver uma concepção de socialismo a partir do conhecimento objetivo da realidade, outras correntes socialistas também pretenderam basear suas propostas no conhecimento da realidade (e não nos sonhos ou na imaginação dos pensadores).

Em outras palavras, para Marx e os seus contemporâneos o caráter utópico de muitas correntes socialistas estava na pretensão de suporem que a construção da nova sociedade podia ser feita a partir dos sonhos ou fantasias dos seus formuladores e não a partir do conhecimento da realidade objetiva. Mais ainda, em propor que essa nova sociedade podia ser construída sem a luta política e sem um longo período de transição política, econômica e social.

As críticas que Marx faz, no Manifesto Comunista, às diferentes correntes socialistas mostram que a questão central não estava na proposição de uma nova utopia da sociedade futura, mas sim de se compreender o desenvolvimento da sociedade capitalista, pois o socialismo surgirá do “útero” do próprio capitalismo. Mas, naquele momento, o argumento econômico de Marx sobre a necessidade do socialismo ainda não está suficientemente desenvolvido.

6.2 - O Desenvolvimento Capitalista e a Progressiva Socialização da Economia

Os estudos econômicos de Marx lhe permitiram superar o caráter especulativo inicial da sua concepção de socialismo e a desenvolver uma sólida base econômica para o socialismo²⁸. Um dos aspectos fundamentais retidos por Marx, em relação à sua concepção inicial, é o de que o socialismo surge do "útero" do próprio capitalismo. Ou seja, é o próprio desenvolvimento capitalista que gera as condições necessárias para a criação da sociedade socialista. Por outro lado, Marx também reteve a sua idéia inicial de que a sociedade socialista irá propiciar "a plena auto-realização dos indivíduos".

De uma forma sumária, pode-se dizer que o argumento econômico central de Marx de que o próprio desenvolvimento capitalista irá gerar a base econômica sobre a qual será possível construir a sociedade socialista é o seguinte: o processo de acumulação de capital implica no contínuo aumento da produtividade do trabalho e na crescente socialização do trabalho e da propriedade;

²⁸Conforme indicou Foley (1986, p. 165). "In fact, the work that eventually became Capital appears to have begun as a critique of socialist proposals for a labor-money economy, in which certificates received for labor performed would circulate as money. This critique, in the Chapter on Money of the Grundrisse (Marx, 1939), centers on the contradiction between the commodity form of the production and the socialist goals of this proposal."

esses desenvolvimentos, por sua vez, se constituem na base sobre a qual será possível se construir uma nova sociedade cujos princípios reguladores das atividades econômicas serão a democracia (que implica na democratização da vida econômica, social e política da sociedade) e o planejamento econômico - ou seja, a construção da sociedade socialista.

Vejam os esse argumento de Marx um pouco mais de perto, ainda que de uma forma bastante sucinta.

Segundo Marx, a característica mais geral do capitalismo está no fato de que o trabalho privado dos indivíduos não é diretamente social, esse trabalho só se torna social através da venda dos produtos produzidos no mercado. Dessa forma, o produto do trabalho dos produtores independentes aparece sob a forma de mercadoria e o trabalho despendido no processo de produção aparece como o valor dessas mercadorias. Assim, o valor expressa uma relação social de produção entre os produtores independentes. Essa é a chamada "lei do valor", que opera através das flutuações dos preços das mercadorias e que dirige a atividade produtiva dos produtores. Dessa forma, as relações sociais de produção que se estabelecem entre os produtores independentes assumem uma forma fetichizada, pois são produtos criados pelos próprios produtores que parecem ganhar vida própria e que passam a controlar a vida daqueles que as produzem - i.e., são os mercados que governam a vida econômica e social dos homens.

A produção de mercadorias, por outro lado, só se generaliza de fato quando a força de trabalho também assume a forma de mercadoria. E isso pressupõe que, por um lado, os meios de produção tenham se tornado propriedade privada dos capitalistas e, por outro lado, que os trabalhadores sejam, eles próprios, proprietários de sua força de trabalho. Com isso as relações de produção ganham uma nova dimensão, a saber: o valor-capital não só estabelece uma relação econômica entre os produtores independentes, mas também implica no estabelecimento de uma relação de exploração entre os homens. Assim, Marx define capital como sendo o valor que se auto-expande. A capacidade de auto-expansão surge precisamente do fato de que o valor que descreve o circuito do capital consegue extrair um valor maior do que aquele que paga pela força de trabalho. Portanto, a relação de produção básica do capitalismo se estabelece entre o capital e o trabalho assalariado. O circuito do capital industrial é descrito por Marx da seguinte forma:

$$D - M\{MP, FT\} \dots P \dots M' - D'$$

Esse circuito começa com o valor na sua forma independente, ou seja, dinheiro (D). Com um dado montante de dinheiro, o capitalista se dirige a dois mercados distintos: o mercado de produtos (onde compra os meios de produção que precisa para produzir uma dada mercadoria) e ao mercado de trabalho (onde compra a força de trabalho). Terminadas essas operações de compra, o capitalista trata de dar início ao processo de produção. A produção capitalista, para Marx, apresenta dois aspectos distintos: (a) processo de trabalho (que consiste na produção de novos valores de uso através do consumo produtivo dos valores de uso comprados anteriormente; esse mesmo processo também preserva os valores preexistentes nos meios de produção) e (b) processo de valorização (que consiste no processo de criação de um novo valor, sendo que uma parcela deste consiste na reprodução do valor pago como salário e a parcela restante consiste da mais valia - lucro - que, por sua vez, se constitui no elemento determinante da acumulação do capital). Finalmente, através da venda do capital mercadoria produzido, cujo valor é igual ao valor dos

meios de produção consumidos mais o novo valor criado durante o processo de produção, o capitalista obtém o retorno do capital inicialmente adiantado mais a mais-valia criada nesse circuito.

Mas o que é importante para nós nesse capítulo é o de caracterizar que a produção capitalista é realizada em grande escala, o que implica que a produção é realizada por um grande número de trabalhadores (o trabalhador coletivo de Marx)²⁹. Portanto, segundo Marx, no capitalismo a produção também se torna cada vez mais socializado - no sentido que a produção é realizada por um grande número de trabalhadores "associados". Esse fato contrasta com as formas pré-capitalistas de produção, onde o processo de produção era realizado em pequena escala.

Outro aspecto importante da produção capitalista está no seu contínuo desenvolvimento tecnológico e, portanto, no fato de que esse desenvolvimento das forças produtivas implica na expansão da mais-valia relativa, no aumento do desemprego estrutural (i.e. do exército industrial de reserva), na elevação da produtividade do trabalho, no crescimento da composição orgânica do capital produtivo e na tendência declinante da taxa de lucro. O resultado disso é que não só ocorre um constante aumento da riqueza material, mas que também tende a ocorrer tanto o aumento das desigualdades sociais (mesmo quando - o que tende a acontecer, segundo Marx, no capitalismo - o salário real dos trabalhadores aumente) e da pobreza como também de gerar crises periódicas.

Cabe também destacar que o desenvolvimento capitalista, além da crescente socialização da produção e das relações econômicas que acompanham o processo de acumulação de capital, resulta no surgimento das empresas de sociedade anônimas. Para Marx, o surgimento desse tipo de empresa implica na crescente socialização, dentro dos marcos do próprio capitalismo, da propriedade do capital. Ou seja, o capital perde o seu caráter privado e para assumir o caráter de capital público³⁰.

O surgimento das empresas de sociedades anônimas implica, por sua vez, na separação entre a propriedade do capital e a função de gerenciamento da empresa. Os acionistas agora apenas participam enquanto proprietários do capital, e como tal recebem dividendos, enquanto que a função de administração da empresa fica a cargo de administradores assalariados, que recebem o que Marx chama de salário de superintendência. Portanto, para Marx a formação das S.A. implica na "transformation of the actual functioning capitalist into a mere manager, in charge of other people's capital, and of the capital owner into a mere owner, a mere money capitalist" (Marx, 1967b, p. 567)³¹.

Assim, análise econômica de Marx demonstra que é o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista que - ao expandir constantemente a integração socio-econômica dos homens, ao propiciar a crescente socialização do processo produtivo e o crescimento da produtividade do trabalho (e, portanto, ao desenvolver novas formas de gerenciamento) e, principalmente, ao resultar no surgimento e expansão das Sociedades Anônimas (e, portanto, em implicar na própria

²⁹O fato da produção ser realizada em larga escala, implica na necessidade de haver um gerenciamento do processo de trabalho. Por sua vez, como esse processo se baseia em relações antagônicas entre capital e trabalho, o gerenciamento assume um caráter autoritário, pois o objetivo da produção é precisamente o de se obter a maior mais-valia possível (Marx, 1967a, cap. 13 e Bryer, 2005).

³⁰Em outras palavras, o capital autônomo deixa de ser uma empresa individual ou de responsabilidade limitada para assumir a forma de uma sociedade anônima. Cabe ressaltar que o caráter público dessas empresas não significa que as mesmas se constituam em empresas governamentais.

³¹Marx (1967b, p. 514) chama atenção para a seguinte tendência, "On the basis of capitalist production, a new swindle with the wages of management develops in connection with joint-stock companies, in that, over and above the actual managing director, a number of governing and supervisory boards arise, for which management and supervision are in fact a mere pretext for the robbery of shareholders and their own enrichment."

socialização da propriedade do capital) - cria as condições materiais e sociais para o surgimento de um novo modo de produção: o modo de produção associado³².

Cabe ressaltar que o termo **Associação** (ou **União**) usado por Marx para definir o modo de produção socialista possui um duplo sentido: (a) de que as empresas serão constituídas pela associação ou união voluntária dos produtores (que, por conta disso, não serão mais trabalhadores assalariados) e (b) no fato de que essa nova relação de produção implica na associação ou união dos produtores com os meios de produção, uma vez que os produtores serão co-proprietários de sua empresa³³.

Deve-se também indicar que por relações de propriedade dos meios de produção, Marx entende que: (a) os meios de produção (MP) se constituem em uma propriedade privada quando uma parcela da sociedade possui o monopólio sobre eles (ou seja, quando os MP são propriedade de uma classe social), (b) os MP são privados quando eles são propriedade de indivíduos, em oposição à propriedade coletiva - assim, com a formação das empresas de sociedade anônimas, a propriedade capitalista deixa de ser a propriedade familiar ou de um capitalista individual e se torna uma propriedade coletiva (i.e. torna-se uma propriedade pública). Assim, para Marx, o desenvolvimento capitalista tende não só a tornar coletiva a propriedade do capital, mas também, ainda que em menor escala, a permitir a criação de formas associadas de produção (por exemplo, cooperativas de trabalhadores). Criando, dessa forma, as condições materiais para a construção do modo de produção associado (i.e. o socialismo). Segundo Marx (1967b, p. 571),

"The cooperative factories, run by workers themselves are, within the old form, the first examples of the emergence of a new form, even though they naturally reproduce in all cases, in their present organization, all the defects of the existing system, and must reproduce them. But the opposition between capital and labour is abolished here, even if at the first only in the form that the workers in association become their own capitalist, i.e. they use the means of production to valorize their own labour. These factories show how, at a certain stage of development of the material forces of production, and of the social forms of production corresponding to them, a new mode of production develops and is formed naturally out of the old. Without the factory system that arises from the capitalist mode of production, cooperative factories could not develop. Nor could they do so without the credit system that develops from the same mode of production."

Cabe também destacar a posição de Marx em relação aos limites e às potencialidades transformadoras do movimento cooperativo. Para Marx (1970, pp. 81-82)

³²De acordo com Marx (1967b, p. 568), "In joint-stock companies, the function is separate from ownership of the means of production and of surplus labour. This result of capitalist production in its highest development is a necessary point of transition towards the transformation of capital back into the property of the producers, though no longer as the private property of individual producers, but rather as their property as associated producers, as directly social property. It is furthermore a point of transition towards the transformation of all functions formerly bound up with capital ownership in the reproduction process into simple functions of the associated producers, into social functions."

³³Em relação a esse ponto pode-se chamar a atenção para os exemplos concretos de cooperativas industriais dos produtores que existem na atualidade. A definição de uma cooperativa de produtores segundo "the International Cooperative Alliance, to which many PCs [i.e. producer cooperative] belong, focuses on worker control of the firm in its guidelines for PC governance by specifying conditions such as free and voluntary membership and one member-one vote. The three characteristics associated with worker control are participation in firm decision making (including the appointment of management), profit sharing, and employee ownership." (Bonin et alii, 1993, p. 1291).

"...(a) We [the International Working Men's Association] acknowledge the co-operative movements one of the transforming forces of the present society based upon the class antagonism. Its great merit is to practically show, that the present pauperising, and despotic system of the subordination of labour to capital can be superseded by the republican and beneficent system of the association of free and equal producers. (b) Restricted, however, to the dwarfish forms into which individual wages slaves can elaborate it by their private efforts, the co-operative system will never transform capitalistic society. To convert social production into one large and harmonious system of free and co-operative labour, general changes are wanted, changes of the general conditions of society, never to be realised save by the transfer of the organised forces of society, viz., the state power, from capitalists and landlords to the producers themselves."

Finalmente, Marx (1967b, p. 572) conclui que

"Capitalist joint-stock companies as much as cooperative factories should be viewed as transition forms from the capitalist mode of production to the associated one, simply that in the one case the opposition is abolished in a negative way, and in the other in a positive way."

6.3 - Marx e a Transição do Capitalismo para o Socialismo e a Economia Socialista

Em relação à questão da transição do capitalismo para o socialismo, podemos destacar, inicialmente, que Marx não distingue o socialismo do comunismo, como fez Lênin. Para ele, o socialismo não se constitui num modo de produção intermediário entre o capitalismo e comunismo. Na sua análise, a transição para o socialismo pressupõe a existência de um longo e turbulento período revolucionário durante o qual os trabalhadores assumirão o controle do Estado para levarem a cabo, através do aprofundamento da democracia social e política, a transição do capitalismo para o socialismo³⁴. Essa transição da base econômica é concebida em termos de mudanças das relações de produção. Enquanto no capitalismo, a relação de produção fundamental é a do assalariamento do trabalho, no socialismo a relação de assalariamento será, no máximo, uma forma subsidiária, pois os produtores livremente associados serão proprietários dos meios de produção, ou seja, a produção estará baseada numa real socialização dos MP.

No socialismo, as relações de troca entre os indivíduos deixarão de ocorrer através do mercado e passarão a se dar através da "livre troca" entre os indivíduos sociais - ou seja, da troca de suas atividades produtivas que será determinada por suas necessidades coletivas e sobre a base da apropriação social (e controle) das condições de produção. Por isso o trabalho individual será, por definição, diretamente social. Portanto, para Marx, mesmo na primeira fase do socialismo (ou comunismo) a produção de mercadorias terá deixado de ser hegemônica.

No socialismo também existirá a necessidade da contínua redução dos custos de produção, mas o resultado desses aumentos da produtividade do trabalho será alocado, principalmente, para diminuir o tempo que os indivíduos dedicam à reprodução da riqueza material e, portanto, no conseqüente aumento do tempo livre. Para Marx, o aumento do tempo livre dos indivíduos

³⁴"Between capitalist and communist society lies the period of revolutionary transformation of the one into the other. Corresponding to this is also a political transition period in which the state can be nothing but the revolutionary dictatorship of the proletariat" Marx (1969, p. 26).

representa acréscimo da riqueza. Na verdade, a riqueza é entendida num sentido pouco usual, pois ela corresponde ao aumento do tempo que os indivíduos se dedicam àquelas atividades de sua livre escolha e que contribuam para a elevação do seu bem estar, prazer e para o seu desenvolvimento pessoal³⁵.

Finalmente, no que diz respeito ao planejamento da economia, a Marx argumenta que não é possível, num sistema em que as relações de produção sejam predominantemente baseadas no trabalho assalariado, se substituir o método de alocação de recursos através do mercado pelo método do planejamento econômico. Ele argumenta que durante o processo de transição para o socialismo também ocorrerá um processo de transição da alocação dos recursos regulado pelo mercado para uma forma racional e planejada (ex-ante) de alocação dos recursos da sociedade. Mas cabe ressaltar que o planejamento é concebido como sendo um sistema de alocação dos recursos a ser realizado pelos produtores associados de forma coletiva e democrática. Portanto, sua concepção é incompatível com o sistema de planejamento centralizado preconizado pelo Marxismo-leninismo.

7 - Comentários Finais

As análises empíricas não deixam dúvidas de que a implantação do modelo neoliberal tem gerado estagnação econômica, alguns poucos “vencedores” e uma grande maioria de “perdedores”. Para a minoria afluenta - instituições financeiras, grandes corporações e os grandes investidores dos mercados financeiros - as condições econômicas têm melhorado significativamente e podem ser classificadas como excelentes. Para esse pequeno grupo, o modelo neoliberal trouxe uma afluência ainda maior. Eles se constituem, claramente, no grupo que tem se beneficiado com o retorno do liberalismo econômico e, naturalmente, se constituem nos seus mais ardorosos defensores. Afinal, se é verdade que o modelo de capitalismo regulado propiciou um grande dinamismo econômico e uma significativa melhoria das condições de vida da imensa maioria da população, também é verdade que para uma parcela importante dessa minoria (principalmente os rentistas e as instituições financeiras) esse modelo lhes trouxe perdas econômicas relativas (e, em alguns casos, absolutas) e, por decorrência da expansão da democracia política e econômica, uma significativa redução de seu poder político e econômico.

Por outro lado, para a imensa maioria da população as consequências econômicas e sociais do capitalismo neoliberal têm sido bastante negativas (a tal ponto que se pode afirmar que, do ponto de vista econômico e social, o que está ocorrendo é o reaparecimento do que, no período do liberalismo clássico, foi chamado de ‘a questão social’). Essa crescente deterioração econômica e social tem gerado, como não poderia deixar de ser, não só muitas críticas, mas também uma

³⁵"The real wealth of society and the possibility of a constant expansion of its reproduction process does not depend on the length of surplus labour but rather on its productivity and on the more or less plentiful conditions of production in which it is performed. The realm of freedom really begins only where labour determined by necessity and external expediency ends; it lies by its very nature beyond the sphere of material production proper. Just as the savage must wrestle with nature to satisfy his needs, to maintain and reproduce his life, so must civilized man, and he must do so in all forms of society and under all possible modes of production. This realm of natural necessity expands with his development, because his needs do to; but the productive forces to satisfy these expand at the same time. Freedom, in this sphere, can consist only in this, that socialized man, the associated producers, govern the human metabolism with nature in a rational way, bringing it under their collective control instead of being dominated by it as a blind power; accomplishing it with the least expenditure of energy and in conditions most worthy and appropriate for their human nature. But this always remains a realm of necessity. The true realm of freedom, the development of human powers as an end in itself, begins beyond it, though it can only flourish with this realm of necessity as its basis. The reduction of the working day is the prerequisite" (Marx, 1967b, p. 820).

crescente demanda popular pela implementação de um outro modelo de desenvolvimento econômico e social. No entanto, a complexidade da construção social de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico é bastante evidente. Também é evidente que as propostas de construção de modelos alternativos ao do capitalismo neoliberal só terão viabilidade histórica se estiverem fundamentadas numa adequada compreensão de sua forma de funcionamento e se houver clareza sobre os contornos da sociedade que se quer construir.

No presente texto, como contribuição a esse debate, consideramos importante reexaminar a evolução histórica dos modos de regulação do capitalismo e a relevância da análise de Marx para o debate atual sobre a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social, que seja economicamente viável e socialmente justo. Em relação à contribuição de Marx, procuramos destacar, em primeiro lugar, a profunda diferença que existe entre as visões Marxista-leninista de socialismo e a de Marx. Em segundo lugar, apresentamos a base econômica do argumento de Marx, tanto em relação à transição do capitalismo para o socialismo, quanto no que diz respeito ao funcionamento e implicações da nova sociedade socialista para a auto-emancipação dos indivíduos. Também salientamos, da a sua relevância para o debate atual, a importância da análise das experiências concretas de construção do modelo social-democrata na Europa. Em particular, os processos de ampliação das formas públicas e democráticas de regulação das atividades econômicas e, portanto, da conseqüente limitação do papel dos mercados como agente de coordenação econômica. Finalmente, como mostrou a análise de Marx, é de fundamental importância para a construção de um novo modelo de sociedade o aprofundamento da democratização da propriedade, da gestão das empresas e, evidentemente, de construção de mecanismos que garantam o controle público sobre o Estado. Esses são elementos cruciais para uma efetiva democratização da vida econômica e social - ou seja, para a construção de uma sociedade socialista.

Em síntese, como vimos acima, do ponto de vista do liberalismo econômico o objetivo último é de que a organização e regulação econômica, social e política da sociedade sejam realizadas pelo livre funcionamento dos mercados. Por sua vez, a partir da concepção de Marx, o desenvolvimento de uma nova agenda socialista para a construção de um modelo alternativo de sociedade está associado com a progressiva ampliação e aprofundamento da democracia como princípio de organização e regulação da vida econômica, social e política. Portanto, em última instância, a luta política e ideológica entre capitalismo e socialismo implicam numa opção entre mercado versus democracia.

Bibliografia

Armstrong, P., Glyn, A. e J. Harrison (1994). *Capitalism since 1945*. Oxford: Blackwell Publishers.

Bobio, N. (1988). **Liberalismo e Democracia**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense.

Bonin, J.P., D.C. Jones and L. Putterman (1993). "Theoretical and empirical studies of producer cooperatives: will ever the twain meet?" **Journal of Economic Literature**, vol. XXXI, September, pp. 1290-1320.

Bryer, R. A. (2005). Accounting and Control of the Labour Process. **Critical Perspectives on Accounting**.

Callinicos, A. (1992). **A vingança da história: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Chattopadhyay, P. (1992). The Economic Content of Socialism: Marx vs. Lenin. **Review of Radical Political Economics**, vol. 24, (3 &4).

- Draper, H. (1990). **Karl Marx's Theory of Revolution. Volume IV: critique of other socialisms**. New York: Monthly Review Press.
- Easterley, W. (2001). "The Lost Decades: developing countries' stagnation in spite of policy reform 1980-1998". Washington, D.C.: **World Bank**.
- Eichengreen, B. (2000). **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo: Ed. 34.
- Eichengreen, B. e M. Bordo (2001). "Crises Now and Then: what lessons from the last era of financial globalization?". Mimeo.
- Foley, D.K. (1986). **Understanding Capital: Marx's economic theory**. Cambridge: Harvard University Press.
- Galbraith, J. K. (1983). **Moeda: de onde veio, para onde foi**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2ª edição.
- Glyn, A. Hughes, A., Lipietz, A. e A. Singh (1991). The Rise and Fall of the Golden Age. In: Marglin, S.A. e J. B. Schor. **The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Postwar Experience**. Oxford: Clarendon Press.
- Krugman, P. (2002). "For Richier". **The New York Times Magazine**, October 20.
- Maddison, A. (2002). **The World Economy: a Millennial Perspective**. OCDE.
- Maldonado Filho, E. (1996). "A Base Econômica do Socialismo de Marx". Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia - ANPEC, Águas de Lindóia, SP.
- Marx, K. (1967a). **Capital: a critique of political economy**. Vol. 1, The process of production of capital, ed. F. Engels. Reprint. New York: International Publishers.
- Marx, K. (1967b). **Capital: a critique of political economy**. Vol. 3, The process of capitalist production as a whole, ed. F. Engels. Reprint. New York: International Publishers.
- Marx, K. e F. Engels (1967). **The Manifesto of the Communist Party**. Harmondsworth: Penguin Books.
- Marx, K. (1969). Critique of the Gotha Program. In K. Marx e F. Engels, **Selected Works**, v. 2. Moscow: Progress Publishers.
- Marx, K. (1970). Instructions for the Delegates of the Provisional General Council. The Different Questions. In K. Marx e F. Engels, **Selected Works**, v. 3. Moscow: Progress Publishers.
- Pinheiro, A. C., Bonelli, R. e Schneider, B. R. (2004). Pragmatic Policy in Brazil: the Political Economy of Incomplete Market Reform. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão, 1035).
- Polanyi, K. (1957). **A Grande Transformação - the Political and Economic Origins of our Time**. Boston: Beacon Press.
- Prasad, E., K. Rogoff, S. Wei, e M. A. Kose (2003). "Effects of Financial Globalization on Developing Countries: some empirical evidence". **IMF**
- Przeworski, A. (1989). **Capitalismo e Social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Soros, G. (1999). **A Crise do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Campus.
- US Government (2002). The National Security Strategy of the United States of America, September.
- Wilde, L. (1992). "The Politics of Transition: the Swedish case". **Capital & Class**, 47.
- Wood, A. (1986). Marx and equality. In: J. Roemer (ed.) **Analytical Marxism** New York: Cambridge University Press.

Yaghmaian, B. (1994). "Socialist Labor Process Revisited." **Review of Radical Political Economics**, vol. 26, (2).